PARECER 121/2019

Parecer ao projeto de Lei nº 054/2019-L, de 23 de maio de 2019, de autoria do vereador Rogério Jean da Silva, que dá denominação de “Estrada Vereda da Serrinha” a via pública localizada no Distrito de São João Novo.

Apresenta o vereador Rogério Jean da Silva o Projeto de Lei nº 054/2019-L, de 23 de maio de 2019, para denominar de “Estrada Vereda da Serrinha” a via pública com início na Rua Renato Vianna, lado esquerdo no sentido centro – bairro distante 500m da esquina com a Rua Renato Vianna, lado esquerdo no sentido centro – bairro distante 500m da esquina com a Rua Anízia Rosa R. Severo dos Santos e término em propriedade particular, que conta com aproximados 2.800m de extensão e 9m de largura média aproximada, localizada no Distrito de São João Novo.

É o relatório.

A denominação de próprios, vias e logradouros públicos são de competência exclusiva da Câmara de Vereadores, por força do artigo 20, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal.

A lei 2.740 disciplina a oficialização, identificação e emplacamento de logradouros públicos e assevera, da mesma forma, ser competência privativa do Poder Legislativo em apresentar projetos desta natureza,

com obrigação do Poder Executivo o fornecimento de certidão sobre dados do logradouro o qual se pretende denominar.

Art. 12 (...)

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá fornecer, nos prazos previstos em lei, informações solicitadas pelo Poder Legislativo ou Vereador, referente a oficialização dos logradouros públicos que se pretendem denominar, bem como tomar as providências necessárias para oficializar os logradouros públicos que não sejam oficializados.

O Projeto vem acompanhado da **Certidão nº 0031/19** expedida pela Prefeitura Municipal, **atestando que a via pública não possui denominação oficial e apesar de também não ser oficial é de domínio público há mais de 05 (cinco) anos, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.848 de 18 de junho de 2004.**

Quanto à denominação apresentada, tal encontra-se devidamente justificada, respeitando também nesse ponto a legislação aplicável à espécie, bem como, encontra-se anexo o croqui de localização do referido bem público.

Diante disso, possível afirmar que, formalmente, inexistem irregularidades no projeto em apreço, estando apto a ser recebido pelo Plenário e após, enviados para as Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo.

E em relação ao mérito, a conveniência e oportunidade é de exclusiva competência dos nobres Vereadores. Maioria simples, única discussão e votação nominal.

É o parecer, s. m .j.
São Roque, 30 de maio de 2019

**YAN SOARES DE SAMPAIO
NASCIMENTO**
Assessor Jurídico

VIRGINIA COCCHI WINTER
Assessora Jurídica